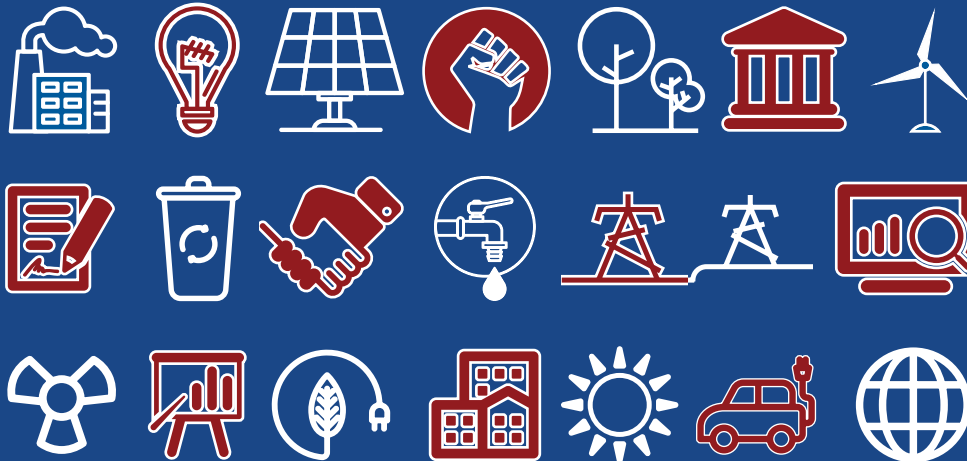


DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA SINDICATOS EM ÁFRICA



Title: Documento de Estratégia Sobre Mudanças Climáticas Para Sindicatos em África

ISBN: 978-1-919706-36-8 Print

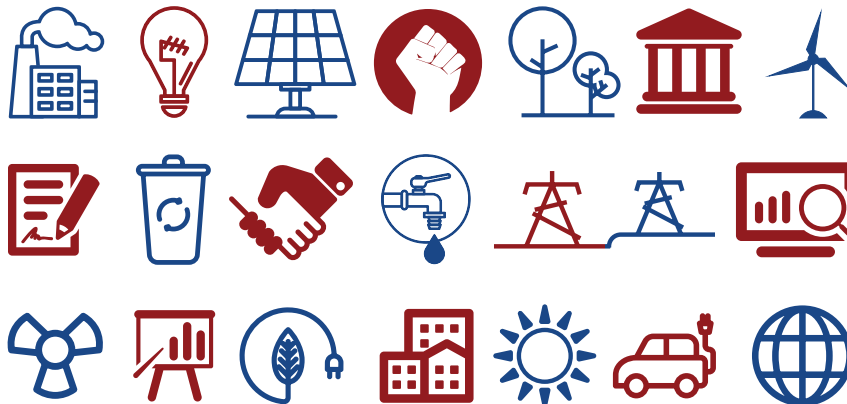
ISBN: 978-1-919706-37-5 e-book

By Friedrich-Ebert-Stiftung
Trade Union Competence Centre
34 Bompas Road, Dunkeld West,
Johannesburg, South Africa
Phone: +27 11 341 0270 Fax: +27 11 341 0271
e-mail: Bastian.Schulz@fes-southafrica.org
www.fes-tucc.org
www.facebook.com/FESTUCC/

Copyright © Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)

The author and publisher have made every effort to obtain permission for and acknowledge the use of copyrighted material. Please refer enquiries to the publisher. Views expressed in this publication do not necessarily reflect those of the publisher. Commercial use of all media published by Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) is not permitted without written consent of FES. Readers are encouraged to quote or reproduce material for their own publications, as long as they are not being sold commercially. As copyright holders, FES requests due acknowledgement and copy of the publication.

DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA SINDICATOS EM ÁFRICA





ÍNDICE

Agradecimentos	6
Prefácio	7
Foreword	10
1.0 Contexto e Raciocínio	13
2.0 Consenso Sindical sobre um Paradigma Alternativo sobre Ambiente e Mudanças Climáticas	25
3.0 Sindicatos e a Transição Justa.....	28
4.0 Evidência de Resposta Sindical sobre Mudanças Climáticas na África	30
5.0 Estratégias recomendadas para sindicatos sobre mudanças climáticas na África	34
6.0 Matriz do Plano de Trabalho para Implementar Estratégias de Mudança Climática	43
7.0 Monitoramento e Avaliação da Implementação do Documento de Estratégia de Mudanças Climáticas	48
7.1 Funções e Responsabilidades da Secretaria da CSI-África (Secretaria de Clima e Ambiente), Afiliados e Parceiros.....	49
Referências	51





AGRADECIMENTOS

Este documento de estratégia sobre mudanças climáticas foi elaborado pelo Dr. Trywell Kalusopa e pelo Sr. Nnimmo Bassey para a Organização Regional Africana da Confederação Sindical Internacional (CSI-África) sob os auspícios da Rede Africana de Pesquisa do Trabalho (ALRN) e do Instituto de Pesquisa e Educação Laboral de África (ALREI).



Gostaríamos de agradecer o contributo do Sr. Kingsley Ofei-Nkansah, da Sra. Hilma Mote e da Sra. Rhoda Boateng para a edição e revisão do documento.



Nossa apreciação profunda também vai para os diretores anteriores e atuais do FES - Centro de Competências Sindicais para a África Subsaariana, África do Sul, Sr. Gerd Botterweck e Sr. Bastian Schulz, pelo seu apoio financeiro e administrativo.



PREFÁCIO

As discussões sobre as mudanças climáticas estão a tornar-se cada vez mais importantes devido à crescente escala de devastação e às evidências crescentes de pesquisas empíricas realizadas por cientistas eminentes, como o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), sobre os graves impactos das mudanças climáticas no planeta.

Na África, os efeitos das mudanças climáticas são visíveis em vários setores, incluindo agricultura, mineração, energia, turismo e vida selvagem, fabricação, entre outros. Os impactos na economia e na sociedade são numerosos e evidentes na maior parte do continente através do aumento das catástrofes naturais, incluindo secas extremas e inundações que resultam em insegurança alimentar, aumento da migração interna relacionada com o clima, temperaturas extremas e produtividade laboral fraca, vindo principalmente do estresse térmico durante as estações mais quentes em algumas partes do continente.

Os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) mostram que, enquanto a África representa apenas 3,8 por cento das emissões globais de gases com efeito de estufa, em comparação com 23 por cento para a China, 19 por cento para os Estados Unidos e 13 por cento para a União Europeia, o continente é a região mais vulnerável aos impactos das mudanças climáticas. Em geral, a crise climática afeta o planeta como um todo e, em particular, sobrecarrega os povos, comunidades e nações vulneráveis.

Por outro lado, a extração de recursos naturais contribui em grande parte para a degradação ambiental, o que conseqüentemente leva a crises ambientais que também acontecem atualmente. Assim, além do fenómeno crescente e assustador das mudanças climáticas, o mundo também está vivenciando rapidamente uma mudança ambiental em constante expansão.





As intersecções entre esses dois fenómenos - mudanças climáticas e mudanças ambientais - podem ser encontradas numa ampla gama de atividades onde os trabalhadores ganham a vida, incluindo agricultura, indústria, construção, transportes e sectores de energia. Em todos esses sectores, os trabalhadores e seus meios de subsistência são prejudicados.



Por isso, é imperativo que os sindicatos na África não só apenas promovam e defendam os postos de trabalho, mas também se preocupem com as condições ambientais em que os empregos atuais são criados e sustentados. Os sindicatos em África realmente precisam entender plenamente que os empregos pelos quais lutamos também devem ser empregos que sejam sustentáveis e preservem o meio ambiente.



O documento de estratégia da CSI-África é um acompanhamento do estudo sobre as **Respostas Sindicais às Mudanças Climáticas em África**, realizado pela CSI-África, com o apoio do Centro de Competências de Comércio da Friedrich Ebert Stiftung (FES) e da Rede Africana de Pesquisa do Trabalho (ALRN) em 2014. O estudo desafiou os sindicatos a desenvolver estratégias claras para o envolvimento em questões de mudanças climáticas e fortalecer ainda mais os vínculos com as questões mais amplas de justiça ambiental.

Este documento de estratégia é uma resposta direta às recomendações levantadas do projeto de pesquisa e também cumpre com a resolução da CSI-África sobre mudanças climáticas adotadas em 2015. Fornece orientação e direção para o envolvimento efetivo dos sindicatos africanos a nível nacional, sub-regional, regional e níveis globais sobre mudanças climáticas e questões ambientais.



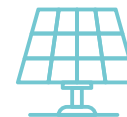
Especificamente, o documento de estratégia recomenda cinco pontos fundamentais para os sindicatos para enfrentar as mudanças climáticas. Esses incluem:

1. Capacitação de sindicatos em questões de mudanças climáticas
2. Intercâmbio de Informações, Advocacia e Conscientização entre Sindicatos
3. Mobilização de Recursos e Criação de Alianças por Sindicatos
4. Construindo Mecanismos Institucionais sobre Mudanças Climáticas
5. Políticas Sindicais e Exigências Legislativas

O documento também explica os papéis e as responsabilidades da Secretaria da CSI-África, do Departamento de Secretaria do Clima e do Meio Ambiente, tanto a nível nacional quanto a dos Parceiros. Espera-se que a estratégia seja implementada a nível nacional, sub-regional e regional.

Vamos unir as mãos na luta para salvar o nosso planeta hoje e para as gerações futuras.

Kwasi Adu-Amankwah
Secretário Geral, CSI-África





FOREWORD:

O documento de estratégia da CSI-África sobre mudanças climáticas evolui a partir da cooperação do Centro de Competências Sindicais da FES para a África Subsariana (TUCC), da CSI-África e da Rede Africana de Pesquisa do Trabalho (ALRN). As três organizações consideraram a necessidade de um projeto em conjunto com o objetivo de melhorar a capacidade dos sindicatos em lidar com a questão das mudanças climáticas e das injustiças ambientais. As partes reconheceram os desafios colocados pelo problema das mudanças climáticas que teve um impacto sério em África, e especialmente o impacto negativo sobre as economias. Os principais sectores económicos em África, como agricultura, energia, produção e turismo, sofrem de padrões climáticos extremos, como secas, inundações, calor excessivo, etc. Esses sectores contribuem muito para o PIB, os ganhos de exportação e o emprego em muitas economias africanas. As perturbações das alterações climáticas nestes sectores são, portanto, de grande preocupação. Como resultado, os governos africanos, com a ajuda do PNUMA, têm formulado políticas e programas para intervir nos problemas colocados pelas mudanças climáticas.

O primeiro passo na cooperação do FES TUCC, da CSI-África e da ALRN envolveu um estudo sobre o impacto das mudanças climáticas em África e como os governos e os sindicatos responderam. Com base na análise de países selecionados como estudos de caso - Benim, Gana, Quênia, Zimbábue e África do Sul, o estudo revelou o envolvimento limitado dos sindicatos na questão das mudanças climáticas. Com exceção do COSATU na África do Sul, os sindicatos africanos não dispunham políticas, estruturas ou programas de educação sobre mudanças climáticas. O principal motivo para o envolvimento limitado foi a falta de capacidade. O estudo fez recomendações para preencher as lacunas identificadas e responder às necessidades de capacidade dos sindicatos na resposta ao desafio das mudanças climáticas.



O documento de estratégia sobre mudanças climáticas delinea uma série de áreas nas quais os sindicatos precisam fazer intervenções como parte da geração de capacidade. Estas incluem intervenções na área de recolha e intercâmbio de informações, programas educativos, formulação de políticas, estabelecimento de carteiras relevantes, etc. O documento de estratégia foi apresentado e aprovado no congresso da CSI-África em 2015 em Dakar. É encorajador notar que, desde a adoção do trabalho, pelo menos mais dois sindicatos nacionais formularam políticas e estabeleceram estruturas para lidar com as mudanças climáticas - o Congresso dos Sindicatos do Zimbábue (ZCTU) e o Congresso do Trabalho da Nigéria (NLC). Para apoiar e acelerar os processos de formulação de políticas e de consciencialização sobre mudanças climáticas nos sindicatos, a CSI-África está executando programas de treinamento nas várias sub-regiões. Também foi realizada uma formação regional sobre formulação de políticas para os sindicatos que fazem parte da rede de mudanças climáticas da CSI-África. Esses programas foram apoiados pela FES TUCC.

O FES TUCC valoriza a cooperação com a CSI-África em torno da questão das mudanças climáticas. É a nossa convicção de que o trabalho realizado ajudará a melhorar a capacidade dos sindicatos para se envolverem em intervenções sobre mudanças climáticas. Também é reconhecido que os níveis limitados de desenvolvimento em África, onde não há muita atividade económica fora dos sistemas de produção que causam o aquecimento global, podem afetar a capacidade dos sindicatos africanos de adotar algumas das intervenções levantadas pelo movimento internacional de sindicatos. O documento de estratégia deve, portanto, ser a base para mais discussões e trabalhos em torno das formas apropriadas nas quais a questão das mudanças climáticas e as estruturas económicas que historicamente evoluíram em África podem ser abordadas pelos sindicatos.

Bastian Schulz, Diretor, FES TUCC

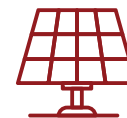




1.0 CONTEXTO E RACIOCÍNIO

O mundo está passando por mudanças climáticas e uma mudança ambiental em constante expansão. Essas duas alterações estão interligadas. O ambiente muda à medida que mais recursos são explorados e o clima muda à medida que os recursos são transformados e utilizados para geração de energia e para mais extração. O trabalho é fundamental para a transformação da natureza e para o que acontece com o meio ambiente e o clima. Ao se ver a ele próprio como uma comunidade ao lado de uma mais ampla comunidade de povos, o trabalho pode desempenhar esse papel central de contribuir para atender às necessidades ecológicas, em reconhecimento dos limites planetários, conforme definido no Rio (1991) ao mesmo tempo que busca a transformação social para que os seres humanos vivam com dignidade. O Rio foi uma marca crítica onde a humanidade concluiu que a destruição ambiental e a desestabilização devem ser combatidas e que a conservação e a restauração ambiental devem ser o objetivo integrante em todos os esforços de desenvolvimento. O Rio foi histórico para a concretização de três convenções das Nações Unidas, a saber, a Convenção das Nações Unidas sobre Combate à Desertificação (NCCD), a Convenção sobre a Diversidade Biológica (UNCBD) e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). A mudança climática é uma das maiores ameaças ao planeta Terra e também uma das questões mais prementes que a sociedade enfrenta hoje.

Para a África, o impacto das mudanças climáticas e seu aquecimento global associado podem ser extremamente graves. Com a sua grande massa terrestre, a África experimentará um aumento de temperatura que será uma vez e meia mais do que o aumento médio de temperatura experimentado em todo o mundo (GroundWork, 2011: 4). Evidências sugerem que um aumento de um único grau em África causará uma perda de 65% da capacidade atual de crescimento do milho do continente e uma queda estimada de cerca de 20% na produção





global de alimentos. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC: 2007) prevê que a produção de trigo desaparecerá da África. Além disso, um relatório da Oxfam estima que o preço do trigo aumentará em 120%, o milho em 177% e o arroz processado em 107% antes de 2030 (Oxfam 2012: 22). Isso colocaria os itens alimentares mais básicos fora do alcance de muitos africanos e prejudicaria seu direito fundamental à alimentação. Também se estima que um aumento de temperatura de um único grau resultará num declínio de 10% na precipitação até 2050, criando estresse hídrico para 480 milhões de pessoas no continente.

A África também tem grandes áreas costeiras ao nível do mar ou marginalmente acima do nível do mar. Um aquecimento de dois graus produzirá um aumento significativo no nível do mar, que irá inundar muitas comunidades costeiras e destruir grande parte da infraestrutura costeira de África (Oxfam 2012: 22). Ao mesmo tempo, uma ampla gama de degradação ambiental crescente aumentou os impactos negativos das mudanças climáticas. A África também é mais vulnerável porque tem menos recursos para lidar com os resultados das mudanças climáticas. A recente modelagem do cenário nacional sobre os efeitos de eventos climáticos extremos e a seca na Etiópia, em Gana e Moçambique, estimou que as mudanças climáticas custarão uma adaptação anual de US \$ 6,4 bilhões - US \$ 6,7 bilhões (Oxfam 2012: 13-14). Isso tornará impossível pagar as intervenções de adaptação, já que o continente continua a ficar atrasado em tecnologia, habilidades e recursos financeiros. Já a crescente intensidade de eventos climáticos extremos estão cobrando energia em povos e comunidades na África. As cheias afetaram seriamente as culturas, pecuárias e infraestruturas. De um total de 32,4 milhões de pessoas deslocadas pela inundação mundial em 2012, 8,2 milhões estavam em África.

¹ No Níger, por exemplo, após vários anos de seca, as inundações especialmente severas em Agosto de 2010 viram 200 000 pessoas famintas e malnutridas sendo inundadas de suas casas, e suas culturas destruídas (GroundWork, 2011: 4).

A Organização Regional Africana da Confederação Internacional dos Sindicatos (CSI-África) tem se empenhado em saber até que ponto os sindicatos da África participaram do projeto, implementação, verificação e avaliação de processos, políticas e programas de mudanças climáticas. Foram levantadas questões sobre o envolvimento sindical: até que ponto os sindicatos estão envolvidos nas mudanças climáticas e nos processos ambientais em África? Eles estão postos de lado ou enfrentam obstáculos ou os sindicatos simplesmente não foram pró-ativos? Para a CSI-África, essa informação é muito útil para a participação na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) e nos processos climáticos regionais africanos. Por essa razão, a CSI-África, com o apoio do Centro de Competências Sindical da Fundação Friedrich Ebert (FES), envolveu a Rede Africana de Pesquisa Laboral (ALRN) para realizar pesquisas sobre **Respostas Sindicais às Mudanças Climáticas em África**. O objetivo de desenvolvimento de todo o projeto foi contribuir para o fortalecimento da capacidade dos sindicatos Africanos para enfrentar os desafios imediatos das mudanças climáticas. O estudo forneceu uma revisão objetiva da medida em que os sindicatos conseguiram se envolver em processos e questões de mudança climática em cinco países da África subsaariana, como Benim, Gana, Quênia, África do Sul e Zimbábue.



A evidência desses relatórios de casos mostra um alcance limitado da contribuição sindical para moldar o discurso e a implementação das mudanças climáticas aos níveis nacionais, regionais e continentais em África, sem mencionar globais. O estudo desafiou os líderes sindicais a desenvolver estratégias claras de compromisso. Foi argumentado que, embora alguns sindicatos tenham tentado participar nos quadros de políticas nacionais, isso trouxe resultados mínimos. Consequentemente, isso exigiu uma estratégia clara de mudança climática que forneça orientação e direção para o envolvimento efetivo. É neste contexto que a CSI-África decidiu operacionalizar os resultados do estudo numa Estratégia concreta de mudança climática. Posteriormente, o Congresso da África da CSI em 2015 decidiu reforçar as





preocupações em matéria de justiça ambiental do Documento de Estratégia sobre Mudanças Climáticas com o objetivo de orientar os sindicatos no seu envolvimento a nível nacional, sub-regional, regional e mundial.



Mudanças climáticas, meio ambiente e justiça social

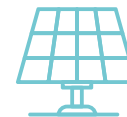
As áreas de intersecção entre as crises ambientais e as mudanças climáticas podem ser encontradas numa ampla gama de atividades onde os trabalhadores ganham a vida, incluindo agricultura, indústria, construção, transportes e sectores de energia. Esses sectores estão conectados por um fator: fontes de energia que têm implicações profundas para mudanças climáticas e ambientais. Ao considerar as implicações da combinação intrincada de atividades humanas, deve-se ter em mente que a fonte original de valor está ligada à exploração da natureza e do trabalho. Marx (1887) ressaltou esse facto quando escreveu isso: “Todo o progresso na agricultura capitalista é um progresso na arte não só de roubar ao trabalhador, mas de roubar ao solo ...”² A interação da humanidade com o ambiente físico foi perseguida, primeiramente, e acima de tudo, para satisfazer as necessidades e, de forma bastante rápida, atender às exigências do mercado e até mesmo criar mais procura no mercado. O resultado é a desestabilização e destruição do meio ambiente, incluindo a atmosfera, levando à crise climática que ameaça se tornar uma catástrofe.



A injustiça ambiental ocorre quando indivíduos, comunidades ou territórios são negados o direito de desfrutar e gerenciar seus bens ambientais e viver em segurança e dignidade, muitas vezes levando a várias formas e níveis de conflito. Alguns desses conflitos surgem como resultado da extração, transformação, consumo e disposição de recursos. A justiça ambiental

como conceito surgiu da luta para corrigir esses erros e resolver os conflitos. O escopo da Justiça Ambiental inclui “o tratamento justo e o envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente da raça, etnia, cultura, renda ou nível de educação, no que se refere ao desenvolvimento, implementação e aplicação de leis, regulamentos, programas e políticas.”³ A luta pela justiça ambiental, desde a década de 1980, estimulou todo um movimento que desenvolveu slogans e conceitos de campanha, incluindo conceitos como a biopirataria, dívida ecológica, soberania alimentar, justiça da água, justiça climática, entre outros.

A justiça climática começa com o reconhecimento de que comunidades e nações que contribuíram menos para a crise climática são as que mais sofrem com o impacto da crise. Também destaca as injustiças inerentes ao facto de que cada vez mais as vítimas das mudanças climáticas devem assumir maior responsabilidade por mais e mais medidas de mitigação e adaptação necessárias. A UNFCCC exige que as ações sejam orientadas por seus princípios, incluindo o princípio da equidade e responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e as respectivas capacidades (CBDR). O princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e das respectivas capacidades, é a base das ações para alcançar a justiça climática. Reconhece a responsabilidade histórica pela crise climática, bem como pelas capacidades tecnológicas e financeiras dos partidos. A responsabilidade histórica exige que as nações industrializadas que usaram uma quantidade desproporcional do orçamento de carbono / recursos atmosféricos devem assumir a maior parte da responsabilidade pelas ações de mitigação, além de aceitar as exigências de equidade que outros deveriam ter uma participação proporcionalmente maior do orçamento de carbono remanescente. A redução das emissões e as ações de mitigação nesta base seriam baseadas em requisitos da ciência - de forma que todas as ações sejam agregadas para alcançar um objetivo acordado de mudança de temperatura.





O reconhecimento e pagamento de dívidas ecológicas e climáticas são demandas⁴ fundamentais da justiça ambiental. O reconhecimento e o pagamento de tais dívidas eliminariam imediatamente a necessidade de financiamento climático ou mesmo as exigências contenciosas de “perda e danos”. A dívida climática também abrange as ações necessárias para restaurar os ciclos da natureza⁵. Até à data, os países industrializados opuseram-se fortemente a essa dívida e tiraram-na da mesa de negociação.



A justiça ambiental é simplesmente dizer que o desenvolvimento de uma pessoa não deve resultar num subdesenvolvimento de outras pessoas. Assim, a Agência de Proteção Ambiental da África do Sul formulou uma definição de justiça ambiental desta maneira: “nenhum grupo de pessoas deve ter uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes de operações ou políticas industriais, governamentais e comerciais”⁶. A justiça ambiental é um conceito abrangente que exige justiça social e económica, incluindo o direito dos trabalhadores por empregos com salários decentes e ambiente de trabalho adequado. É nesse conceito amplo que as estratégias sindicais de mudança climática devem ser desenvolvidas, implementadas e revistas periodicamente.



Embora o termo “justiça climática” seja usado para enquadrar o aquecimento global como uma questão ética e política, examinando questões como a igualdade, os direitos humanos, os direitos colectivos e as responsabilidades históricas das mudanças climáticas, a justiça ambiental descreve um movimento social que se concentra na distribuição justa de benefícios e encargos ambientais.

Intersecções de Degradação Climática e Ambiental

A crise climática tem sido atribuída ao fracasso do mercado e o mercado é a base do modelo capitalista de desenvolvimento. Este modo de desenvolvimento também foi denominado de civilização de petróleo ou fóssil⁷. A marca registada deste modelo é a queima de combustíveis fósseis como motor do rápido crescimento económico. A ecológica do capitalismo industrial é de três frentes⁸: primeiro confia na disponibilidade fácil de combustíveis fósseis - o fato de não serem renováveis mostra os limites naturais para o crescimento económico e também a natureza insustentável deste caminho. Em segundo lugar, o modelo está constantemente a aumentar a poluição, incluindo as emissões de carbono e outros poluentes decorrentes da produção e consumo de bens; uma característica associada é a rápida urbanização e as mudanças no uso do solo. Em terceiro lugar, está associada ao desmatamento rápido e à diminuição da biodiversidade.

O atual quadro mundial abrangente para combater as mudanças climáticas é o Acordo de Paris⁹, o resultado da 21^a Conferência das Partes (COP 21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). Para garantir o Acordo, as preocupações de um amplo espectro de nações e partes interessadas foram capturadas no Preâmbulo. Os principais componentes desse acordo incluem o facto de que as ações seriam numa garantia e numa base de revisão denominadas de Contribuições Nacionais Determinadas (NDCs). Uma grande desvantagem é que os próprios NDCs são indicativos das ações que os países pretendem tomar com base nas suas prioridades nacionais em vez de se basearem nos requisitos da ciência e na intencionalidade do preâmbulo do acordo. Onde os países





atuam com base em NDCs, os resultados e os efeitos das suas ações não são previsíveis ou correlacionados com os objetivos determinados pela ciência. Outra desvantagem dos NDCs é que são nações individuais que determinam em que ponto eles iniciariam ações para reduzir as emissões. Por exemplo, a China¹⁰ planeia atingir o pico de dióxido de carbono até 2030 e reduzir a intensidade energética em 2020, enquanto a Índia também pretende reduzir suas emissões em 33 a 35% abaixo dos níveis de 2005 até 2030¹¹. Para outros países, a realização dos seus objetivos está condicionada à disponibilidade de finanças e tecnologia. Enquanto isso, embora o Fundo de Clima Verde tenha sido aceite, ele tem sérias desvantagens porque os países ricos industrializados do Norte manipulam o mecanismo através do qual foi descrito como “contabilidade criativa”, por exemplo, fornecendo garantias de empréstimos em vez de concessões. O Acordo de Paris pode, portanto, ser visto como um acordo permissivo que promove o negócio como de costume, enquanto os líderes nacionais afirmam que o mundo entrou num momento histórico nas ações de mudanças climáticas.

Para o trabalho, o reconhecimento da necessidade de uma “transição justa da mão-de-obra e da criação de trabalho decente e empregos de qualidade de acordo com as prioridades de desenvolvimento definidas a nível nacional” destaca-se como determinante das ações e contribuições que o trabalho pode fazer como coletivo. O reconhecimento da obrigação dos direitos humanos, do direito à alimentação, à saúde; os direitos dos migrantes e das pessoas com deficiências; da igualdade de género e o direito ao desenvolvimento, se destacam como pontos de referência fundamentais para quaisquer intervenções estratégicas e envolvimento no clima, a fim de buscar a justiça climática, ambiental e social.



Caixa 1: Excertos do preâmbulo do Acordo de Paris

1. Sendo guiado pelos seus princípios, incluindo o princípio da equidade e responsabilidades comuns mas diferenciadas e respetivas capacidades, à luz de diferentes circunstâncias nacionais,
2. Resposta eficaz e progressiva à ameaça urgente das alterações climáticas com base nos melhores conhecimentos científicos disponíveis,
3. As necessidades específicas e as circunstâncias especiais das Partes de países em desenvolvimento, especialmente aqueles que são particularmente vulneráveis aos efeitos adversos das mudanças climáticas, conforme previsto na Convenção,
4. As necessidades específicas e situações especiais dos países menos desenvolvidos em relação ao financiamento e transferência de tecnologia,
5. Que as Partes podem ser afetadas não só pelas mudanças climáticas, mas também pelos impactos das medidas tomadas em resposta a elas,
6. A relação intrínseca que as ações, respostas e impactos de mudança climática têm com acesso equitativo ao desenvolvimento sustentável e à erradicação da pobreza,
7. A prioridade fundamental de proteger a segurança alimentar e acabar com a fome e as vulnerabilidades particulares dos sistemas de produção de alimentos aos impactos adversos das mudanças climáticas,
8. Os imperativos de uma transição justa da força de trabalho e a criação de trabalho decente e empregos de qualidade de acordo com as prioridades de desenvolvimento definidas a nível nacional,





9. Que as mudanças climáticas são uma preocupação comum da humanidade, as Partes devem, ao tomar medidas para enfrentar as mudanças climáticas, respeitar, promover e considerar suas respectivas obrigações em matéria de direitos humanos, direito à saúde, direitos dos povos indígenas, comunidades locais, migrantes, crianças, pessoas com deficiências e pessoas em situações vulneráveis e direito ao desenvolvimento, bem como igualdade de gênero, capacitação das mulheres e equidade intergeracional,
10. A importância da conservação e valorização, conforme apropriado, dos sumidouros e reservatórios dos gases de efeito estufa referidos na Convenção,
11. A importância de garantir a integridade de todos os ecossistemas, incluindo os oceanos, e a proteção da biodiversidade, reconhecida por algumas culturas como a Mãe Terra, e observando a importância de alguns dos conceitos de “justiça climática”, ao tomar medidas para enfrentar as mudanças climáticas,
12. A importância da educação, da formação, da sensibilização do público, da participação pública, do acesso público à informação e da cooperação a todos os níveis sobre os assuntos abordados neste Acordo,
13. A importância dos compromissos de todos os níveis de governo e diversos atores, de acordo com as respectivas legislações nacionais das Partes, no enfrentamento das mudanças climáticas,
14. Estilos de vida sustentáveis e padrões sustentáveis de consumo e produção, com os países desenvolvidos Partes que assumem a liderança, desempenham um papel importante no enfrentamento das mudanças climáticas.

Alvos da temperatura

Tendo em mente que os esforços para enfrentar o aquecimento global pelas nações devem ser determinados a nível nacional e não depender dos cálculos ou requisitos da ciência, é importante observar o Artigo 2, o item mais central do Acordo de Paris:

1. O presente Acordo, no sentido de reforçar a implementação da Convenção, incluindo o seu objetivo, visa reforçar a resposta global à ameaça das alterações climáticas, no contexto do desenvolvimento sustentável e dos esforços para erradicar a pobreza, nomeadamente:
 - a. Mantendo o aumento da temperatura média global para bem abaixo de 2°C acima dos níveis pré-industriais e prosseguir os esforços para limitar o aumento da temperatura para 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, reconhecendo que isso reduziria significativamente os riscos e os impactos da mudança do clima;
 - b. Aumentar a capacidade de se adaptar aos impactos adversos das mudanças climáticas e promover a resiliência climática e o baixo desenvolvimento das emissões de gases de efeito estufa, de forma a não ameaçar a produção de alimentos;
 - c. Tornar os fluxos financeiros consistentes com um caminho para as baixas emissões de gases de efeito estufa e o desenvolvimento resiliente do clima.
2. Este acordo será implementado para refletir equidade e o princípio de responsabilidades comuns, mas com capacidades diferenciadas e respetivas, à luz de diferentes circunstâncias nacionais.





Alcançar um limite de temperatura de 1,5 graus Celsius ou bem abaixo de 2 graus Celsius continua a ser questionável quando um mecanismo de penhor e revisão está estabelecido no próximo artigo do Contrato, em vez de um regime de corte de emissão juridicamente vinculativo. Já o IPCC analisou os NDCs enviados pelas nações e mostrou que se todas as promessas fossem cumpridas, estaríamos no caminho para um aumento de temperatura acima da marca de 3 graus¹². Isso significaria um planeta morto e, como diz o slogan, não há emprego num planeta morto. Esta triste realidade exige esforços renovados para ampliar os compromissos do trabalho e do movimento da justiça ambiental para metas juridicamente vinculativas, informadas pelo CBDR.

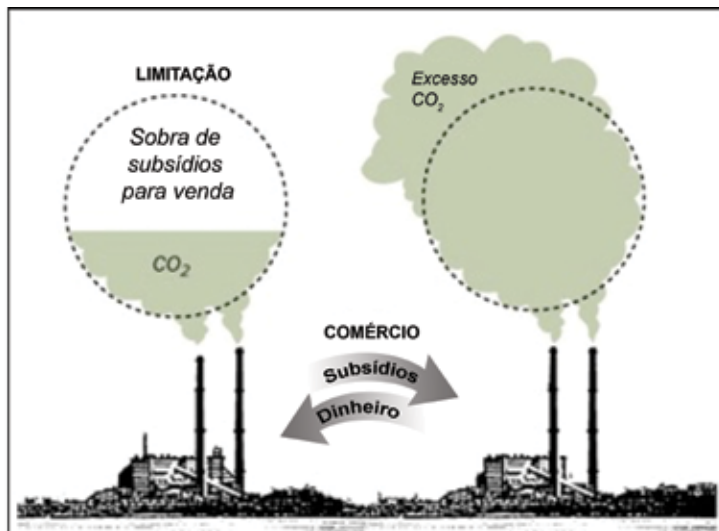
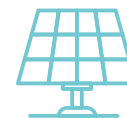


Figure 1: “Limitação e Comércio (Cap and Trade)” (compensação de carbono)

As consequências terríveis das emissões não controladas são capturadas por Bidwai (2012), que alertou: *“se o Norte se basear em opções fáceis como a compra de compensações de carbono, a crise climática ficará fora de controle, com consequências aterradoras para o mundo”*. Ele pediu um Programa de ação de emergência que incluía “cortes profundos e antecipados de emissões pelo Norte, um compromisso sério das economias emergentes para reduzir o crescimento de suas emissões e as principais iniciativas de adaptação e desenvolvimento de tecnologia com baixa emissão de carbono em todo o mundo”¹³. Essas observações apontam para importantes áreas de ação para o trabalho. Eles também exigem o fim da dicotomia ilegítima entre política e economia.





2.0 CONSENSO SINDICAL SOBRE UM PARADIGMA ALTERNATIVO SOBRE AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Os sindicatos reconhecem que a luta contra as mudanças climáticas e a justiça ambiental são parte integrante de uma luta mais ampla contra as injustiças económicas e sociais existentes enfrentadas pelos trabalhadores e pelos pobres. A esse respeito, encontrar uma solução viável para a crescente crise ambiental é uma luta contra a injustiça social e económica. A crise das alterações climáticas está inter-relacionada com o social e económico, que tem suas raízes no modelo de produção e consumo prevalecente; um modelo que considera a natureza e os ecossistemas como uma fonte de energia e materiais sem fim (COSATU, 2011). Este modelo de produção não reconhece as necessidades dos trabalhadores e dos pobres e, portanto, coloca lucros sobre o desenvolvimento da sociedade. Enquanto o consumo e a população continuam crescendo; ecossistemas e recursos naturais estão sendo esgotados; O ar, o solo e a água estão cada vez mais poluídos; E as mudanças climáticas afetam a produção de alimentos e o acesso a água potável cada vez mais (COSATU, 2012). Provavelmente, o modelo atual de esgotamento dos recursos naturais e o impacto que isso tem sobre o ecossistema está colocar em risco a capacidade das nossas sociedades reproduzir-se e a existência das futuras gerações; O mundo está usando e transformando a natureza mais rapidamente do que a capacidade que os ecossistemas têm para se restaurar ou reabastecer. Em muitos casos, existe um aumento do esgotamento dos recursos não renováveis, como os estoques de combustíveis fósseis que levaram milhões de anos para se acumular. (Sustain Labor, 2011: 8)





É, portanto, evidente que o desenvolvimento atual terá que dar lugar a um caminho mais sustentável que posicione trabalhadores e comunidades e países pobres no seu foco. Um modelo de paradigma de desenvolvimento sustentável consiste numa série de elementos interligados que incluem dimensões económicas, sociais, políticas e ambientais. O diagrama abaixo (Figura 1) sugere, de forma ilustrativa, a importância de todos esses elementos para alcançar um modelo de desenvolvimento sustentável. Em primeiro lugar, haverá uma inter-relação crítica entre as mudanças climáticas e outros elementos, e essa realidade deve fazer parte de uma estratégia geral para um futuro sustentável. As questões ambientais não são separadas ou novas, mas devem fazer parte das nossas exigências de transformação social e económica. Em segundo lugar, o desenvolvimento sustentável exige uma perspectiva da classe trabalhadora que relaciona as questões do local de trabalho com as lutas comunitárias para o desenvolvimento e o atendimento das necessidades básicas. Em terceiro lugar, a justiça ambiental, com especial referência à justiça climática, é um princípio abrangente decorrente do facto de que a responsabilidade histórica pelas crises ambientais e climáticas recai predominantemente sobre os países industrializados ricos, em grande parte do Norte global.



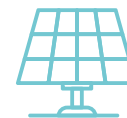


Figura 2: Modelo de Desenvolvimento Sustentável (Fonte: Revisado e adaptado de Sustain Labor e ILO-ACTRAV, 2011).





3.0 SINDICATOS E A TRANSIÇÃO JUSTA

Os sindicatos e muitos outros observadores são de opinião que, com o aumento das temperaturas, os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos não podem suportar o custo de ajuste do acordo internacional sobre mudanças climáticas. As intervenções devem falar sobre o espaço político necessário que permite uma transição justa, a criação de empregos dignos e a redução da pobreza. Os países desenvolvidos devem assumir a liderança na redução de emissões e fornecer apoio financeiro para a mudança para um futuro de baixo carbono em países em desenvolvimento e de baixa renda sem prejudicar o desenvolvimento. Argumenta-se que uma trajetória de baixo carbono deve garantir que os trabalhadores e os pobres não sejam prejudicados e sejam afetados desproporcionalmente. Dirigir-se às mudanças climáticas proporciona uma oportunidade para que os países desenvolvam suas forças produtivas de forma ambientalmente sustentável para apoiar e proteger as fontes de água, expandir a geração de eletricidade com base em fontes de energia renováveis, apoiar o desenvolvimento agrícola intensivo em mão-de-obra, transporte público de baixo carbono e acessível, desenvolvimento de habitação que é mais ecologicamente amigável e muito mais. Mais importante ainda, uma mudança para uma economia de baixo carbono deve ser feita no contexto de uma transição justa. Uma transição justa não afeta desproporcionalmente os trabalhadores e os pobres à medida que os países se deslocam para reduzir as emissões de carbono e tem uma série de princípios fundamentais:

- O envolvimento de trabalhadores e comunidades é primordial em qualquer decisão sobre políticas de mudança climática;
- Não deve haver perda de emprego como resultado das políticas de mudança climática;
- As intervenções políticas devem apoiar a redução da pobreza, melhorar a renda e o desenvolvimento industrial;





- Uma trajetória de baixo teor de carbono deve criar as oportunidades de investimento em atividades ambientalmente amigáveis que criem empregos dignos, que atendam aos padrões de saúde e segurança, que promovam a igualdade de género e que proporcionem receita segura;
- O desenvolvimento de um sistema abrangente de proteção social é crucial para proteger os mais vulneráveis durante os períodos de transição;
- Apoiar pesquisas sobre o impacto das mudanças climáticas sobre o emprego e os meios de subsistência, a fim de melhor informar as políticas sociais e económicas;
- Apoiar o desenvolvimento de competências em curso e a reconversão dos trabalhadores para garantir que eles possam fazer parte do novo modelo de desenvolvimento com baixa emissão de carbono à medida que emergem novos sectores como a energia renovável; e
- Uma transição justa deve ser adequadamente financiada, incluindo o financiamento de medidas de mitigação e adaptação que possam ter mais impacto sobre os trabalhadores e os pobres.

O Congresso da CSI-África de 2015 enfatizou o enorme potencial para a criação de trabalho verde e decente através de uma transição justa que oferece treinamento, novas habilidades, proteção social, diálogo social aprimorado e novas oportunidades de trabalho verde, bem como antecipar as potenciais perdas de atividade económica, emprego e perda de renda em certos sectores e regiões, e a necessidade de proteger os mais vulneráveis.

É imperativo para os sindicatos na África não só promoverem e defenderem os empregos, mas também estarem mais preocupados com as condições ambientais em que os empregos atuais são criados e também estão prosperando. Neste respeito, os sindicatos africanos precisariam entender que os empregos que pelos quais estão a lutar hoje são mantidos na espinha dorsal de um ambiente injusto, instável e insustentável. Este estado de coisas precisa de ser revertido. Existe, portanto, a necessidade dos sindicatos em África desenvolverem e implementarem políticas de mudança climática através do desenvolvimento de capacidades e estratégias sobre empregos verdes e trabalho decente, ao mesmo tempo que fortaleçam os vínculos com o movimento de justiça ambiental em geral.





4.0 EVIDÊNCIA DE RESPOSTA SINDICAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA ÁFRICA

Pesquisas estabeleceram que as mudanças climáticas são motivo de preocupação para todos os países africanos com impacto visível nos sectores principais das suas economias, como agricultura, energia, produção, transporte, turismo (Kalusopa & Mote, 2014). Esses sectores têm contribuições significativas para o PIB, ganhos de exportação, emprego e ligações para trás e para a frente com outros sectores da economia. No entanto, a pesquisa também confirmou que, embora os sindicatos tenham sido muitas vezes definidos como agentes de mudança, seu papel definido nas mudanças climáticas na África tem sido lento na evolução, com impacto marginal (Kalusopa & Mote, 2014). Os estudos também descobriram que existem várias iniciativas diferentes implementadas pelos governos para enfrentar as mudanças climáticas, mas sem a participação efetiva dos trabalhadores como principais partes interessadas. A Tabela 1 mostra a extensão da resposta sindical nos países em estudo.



Tabela 1: Papel dos Sindicatos em Programas de Mudanças Climáticas

País	Existência de um quadro legislativo nacional sobre ambiente e clima	Mudança climática e agenda de trabalho decente	Impacto das mudanças climáticas em sectores-chave e questões laborais	A Resposta sindical às mudanças climáticas
Benim	<ul style="list-style-type: none"> Estrutura relativamente sólida Ratificaram a UNFCCC Suporte básico no quadro de desenvolvimento nacional 	<ul style="list-style-type: none"> O programa de trabalho decente do país não aborda as mudanças climáticas. A estrutura do diálogo social nacional não aborda adequadamente as mudanças climáticas. 	<ul style="list-style-type: none"> Agricultura Transporte Energia Água Saúde humana Setor Industrial. 	<ul style="list-style-type: none"> Nenhuma política clara sobre mudanças climáticas O envolvimento sindical é quase inexistente
Gana	<ul style="list-style-type: none"> Estrutura relativamente sólida Ratificaram a UNFCCC Suporte básico no quadro de desenvolvimento nacional Desenvolveu planos de ação de migração adequados (NAMAS) Tem estratégia de adaptação (NCCAS) 	<ul style="list-style-type: none"> O programa de trabalho decente do país não aborda as mudanças climáticas. A estrutura do diálogo social nacional não aborda adequadamente as mudanças climáticas. 	<ul style="list-style-type: none"> Agricultura Silvicultura Energia 	<ul style="list-style-type: none"> Nenhuma política clara sobre mudanças climáticas pelo Gana TUC. A maior parte do envolvimento sindical é isolado por setor, como o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas Gerais (GAWU), o Sindicato dos Trabalhadores de Madeira e carpinteiros (TWU) e o Sindicato dos Trabalhadores dos Serviços Públicos (PSWU)
Quênia	<ul style="list-style-type: none"> Estrutura relativamente sólida Ratificaram a UNFCCC Suporte básico no quadro de desenvolvimento nacional Tem um Livro Branco nacional sobre resposta estratégica às mudanças climáticas 	<ul style="list-style-type: none"> O programa de trabalho decente do país não aborda as mudanças climáticas A estrutura do diálogo social nacional não aborda adequadamente as mudanças climáticas 	<ul style="list-style-type: none"> Agricultura Horticultura Transporte Turismo Setores de Energia 	<ul style="list-style-type: none"> A maior parte do envolvimento sindical é isolado por setor, como por exemplo, agricultura e silvicultura

País	Existência de um quadro legislativo nacional sobre ambiente e clima	Mudança climática e agenda de trabalho decente	Impacto das mudanças climáticas em sectores-chave e questões laborais	A Resposta sindical às mudanças climáticas
África do Su	<ul style="list-style-type: none"> Estrutura relativamente sólida Ratificaram a UNFCCC Suporte básico no quadro de desenvolvimento nacional Tem um Livro Branco nacional sobre resposta estratégica às mudanças climáticas 	<ul style="list-style-type: none"> Estruturas de diálogo social a nível nacional reconhecem mudanças climáticas Existe Estrutura de Políticas de Mudanças Climáticas Nenhuma clareza no elo das mudanças climáticas no Programa de Trabalho Decente 	<ul style="list-style-type: none"> Mineração Energia Agricultura Produção de químicos Saúde (Como um problema transversal) 	<ul style="list-style-type: none"> O COSATU possui uma posição política abrangente, mas apenas seis das suas 21 afiliadas têm uma política ou resolução sobre mudanças climáticas. Campanha e compromisso significativo na maioria dos setores com impacto visível no sector de energia pela União Nacional de Trabalhadores do Metal da África do Sul (NUMSA) e minas através da União Nacional de Trabalhadores de Minas (NUM) Ainda falta a capacidade dos líderes, dos conselheiros e dos membros sobre mudanças climáticas. COSATU colabora com outra nacional (FEDUSA) Tem um grupo de referência climática para campanhas nacionais



País	Existência de um quadro legislativo nacional sobre ambiente e clima	Mudança climática e agenda de trabalho decente	Impacto das mudanças climáticas em sectores-chave e questões laborais	A Resposta sindical às mudanças climáticas
Zimbábue	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura relativamente sólida • Ratificaram a UNFCCC • Suporte básico no quadro de desenvolvimento nacional • Tem um Livro Branco nacional sobre resposta estratégica às mudanças climáticas 	<ul style="list-style-type: none"> • O Congresso dos Sindicatos do Zimbábue (ZCTU) participou do processo de Programa de Trabalho Decente, mas referiu-se apenas a empregos verdes e às mudanças climáticas 	<ul style="list-style-type: none"> • Agricultura • Energia • Turismo • Transporte • Indústria e comércio 	<ul style="list-style-type: none"> • A ZCTU não tem uma política sobre mudanças climáticas e empregos verdes, mas as recentes resoluções priorizam o problema • Os principais esforços do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Geral e Plantações do Zimbábue (GAPWUZ), do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Zimbábue (CWUZ) e do Sindicato de Móveis de madeira e Aliados do Zimbábue (ZFTATU)

Fonte: Adaptado de Kalusopa, T & Mote H (Eds). (2014). *Respostas sindicais e estratégias sobre mudanças climáticas na África.*





5.0 ESTRATÉGIAS RECOMENDADAS PARA SINDICATOS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA ÁFRICA

Claramente, as evidências da pesquisa mostram que o envolvimento sindical nas mudanças climáticas e no movimento da justiça ambiental permanece indefinido, lento e baixo. Portanto, é imperativo que os sindicatos em África criem estratégias para o envolvimento efectivo como resposta estratégica aos enormes problemas das mudanças climáticas. A abordagem estratégica do trabalho deve incluir a garantia de comunicações adequadas e acessíveis relativas ao ambiente de trabalho. Também deve haver consentimento livre e prévio de trabalhadores com consulta adequada antes de serem colocados em tarefas perigosas. As empresas devem estender o mesmo respeito às comunidades em que operam. Deve haver uma plena conformidade com os padrões de segurança e saúde ocupacional e, para começar, padrões ambientais mínimos.

Os principais objectivos dessa resposta estratégica são:

- Criar e aprofundar a consciencialização sobre a questão das mudanças climáticas e do clima e da justiça ambiental.
- Priorizar as mudanças climáticas nos programas e políticas sindicais.





- Fornecer orientação e diretrizes para as intervenções sindicais sobre questões de mudanças climáticas com forte ênfase nas injustiças ambientais e climáticas e como elas estão ligadas às injustiças sociais, económicas e políticas das quais os sindicatos tradicionalmente lutam.
- Articular as posições sindicais africanas sobre as principais questões relevantes sobre mudanças climáticas e preocupações mais amplas em matéria de justiça ambiental.
- Influenciar nos processos nacionais, sub-regionais, regionais e globais sobre mudanças climáticas e na busca da justiça ambiental.

Abaixo estão cinco principais estratégias sindicais recomendadas sobre mudanças climáticas que a ITUC-África deve levar em consideração:

Estratégia 1: Capacitação de sindicatos sobre problemas de mudança climática

a. Justificação

A pesquisa tem identificado que um obstáculo importante para o envolvimento de sindicatos nos níveis nacionais e empresariais é a capacidade. Os sindicatos em África, incluindo aqueles que organizam em setores sensíveis ao clima, têm capacidade limitada em mudanças climáticas. Para a maioria dos sindicatos, as questões de mudança climática e justiça ambiental são bastante novas e os vínculos entre mudança climática e trabalho sindical não estão claramente articulados. Por conseguinte, é importante que os sindicatos africanos desenvolvam capacidades em matéria de alterações climáticas e de justiça ambiental. Nesse sentido, programas de educação e treinamento podem equipar os negociadores sindicais com os conhecimentos e habilidades pertinentes relevantes para a mudança climática.



b. Foco de Implementação

(i). *Nível de empresa*

Os sindicatos devem:

- Realçar o treinamento e a educação ao nível da empresa (gerente da loja).
- Criar responsável de mudanças climáticas em cada sindicato ou compartilhar recursos para estabelecer um responsável comum de mudanças climáticas.

(ii). *Nível nacional (Centros Nacionais e Sindicatos Setoriais)*

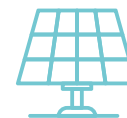
Os sindicatos devem se concentrar em:

- Formação e educação de líderes nacionais, setoriais, coordenadores, negociadores, mulheres e jovens trabalhadores, organizadores e educadores.
- Pesquisa sindical sobre mudanças climáticas e questões laborais / de emprego.

Estratégia 2: Intercâmbio de informações, advocacia e consciencialização por parte do sindicato

a. Justificação

A pesquisa mostra que o intercâmbio de informações, advocacia e consciencialização entre os sindicatos é baixo. Isso significa que o sindicato em África precisará aprofundar sua capacidade de informação e análise, capacidades de advocacia e comunicação.





b. Foco de Implementação

(i). *Nível de empresa*

Os sindicatos devem:

- Compilar e divulgar posições políticas bem pesquisadas sobre mudança climática e emprego.
- Workshops / seminários para sensibilização sobre mudanças climáticas.
- Aumentar a cobertura dos média em todos os níveis para marcar e aumentar a visibilidade política dos sindicatos em questões de mudança climática.
- Aumentar o envolvimento em fóruns de discussão, debates e publicações sobre questões urgentes nacionais, sub-regionais e regionais sobre mudanças climáticas.
- Promover práticas ecológicas orientadas para campanhas em organizações nos locais de trabalho que estão em setores sensíveis ao clima, como agricultura, transporte, energia, etc.

(ii). *Nível nacional (Centros Nacionais e Sindicatos Setoriais)*

Os sindicatos devem:

- Estabelecer uma rede de responsáveis sindicais de mudanças climáticas para fácil comunicação, compartilhamento de informações e coordenação de campanhas de consciencialização.
- Promover, através de estratégias nacionais de advocacia, práticas ecológicas em transportes, consumo de energia, compras domésticas, compras no local de trabalho, reflorestação.
- Promover a adopção de processos de produção, insumos e eliminação de resíduos ecológicos
- Desenvolvimento de materiais de Comunicação de Informação Sindical (IEC)
- Estabelecer plataforma de compartilhamento de informações sindicais através da rede de redes sociais, como o Facebook.
- Aumentar o lobby com os parlamentos nacionais sobre as causas dos trabalhadores em relação às mudanças climáticas.



Estratégia 3: Mobilização de recursos e construção de alianças por sindicatos

a. Justificação

Um dos principais desafios estabelecidos na pesquisa relaciona-se com a mobilização inadequada de recursos e a construção de alianças pobres pela maioria dos sindicatos sobre mudanças climáticas na África. Os sindicatos devem defender um financiamento melhorado e sustentável para os programas de mudanças climáticas, tanto de fontes domésticas como externas, em recursos específicos que podem facilitar o aumento das intervenções efetivas. Os sindicatos terão que defender as alocações orçamentárias adequadas para as mudanças climáticas. Em termos de construção de alianças, a pesquisa mostra que qualquer estratégia abrangente de mudança climática precisará ser ancorada numa elaborada construção de alianças, colaboração e coordenação de todas as partes interessadas envolvidas na implementação da estratégia climática a nível organizacional e nacional.

b. Foco de Implementação

(i). *Nível de empresa*

Os sindicatos devem:

- Incentivar a criação de financiamento de pesquisa colaborativa com foco em mudanças climáticas, justiça ambiental e emprego.
- Trabalhar em estratégias colaborativas sobre compartilhamento de recursos e competências sobre mudanças climáticas para aprofundar o conhecimento entre sindicatos e outras estruturas relevantes.





- Defender as alocações orçamentárias para questões de mudança climática além dos programas OSHE nas organizações.

(ii). Nível nacional (Centros Nacionais e Sindicatos Setoriais)



Os sindicatos devem:

- Advogar por financiamento melhorado e sustentável para o programa de mudanças climáticas tanto de fontes domésticas como externas.
- Advogar por alocações orçamentárias nacionais adequadas para mudanças climáticas.
- Advogar por um comitê técnico interministerial efetivo que providenciará orientação e apoio político geral para a implementação de estratégias nacionais de mudança climática.
- Identificar e criar alianças com partes interessadas de opinião semelhante sobre questões de interesse comum e desenvolvimento de ações / campanhas conjuntas



Estratégia 4: Construindo Mecanismos Institucionais

a. Justificação

A pesquisa estabeleceu que é necessário o desenvolvimento de mecanismos institucionais através do estabelecimento de grupos de trabalho técnicos ou comitês de direcção sobre mudanças climáticas e meio ambiente em centros sindicais. Esses comitês de base ampla devem fornecer a liderança geral para as actividades nos setores-chave que são afetados pelas mudanças climáticas. Eles terão influência intersetorial, incluindo formulação e recomendações de políticas baseadas em evidências, iniciativas de reforma legislativa, orientação sobre a conceção e implementação de programas e monitoramento geral de condições nos setores sensíveis ao clima.



b. Foco de Implementação

(i). *Nível de empresa*

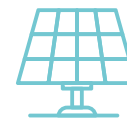
Os sindicatos devem:

- Expandir o papel dos comités de Saúde e Meio Ambiente de Segurança no Trabalho (OSHE) para cobrir as mudanças climáticas ou criar um comité sobre mudanças climáticas a nível organizacional.

(ii). *Nível nacional (Centros Nacionais e Sindicatos Setoriais)*

Os sindicatos devem:

- Estabelecer comités sindicais nacionais e setoriais sobre mudanças climáticas ou fazer uso de comités conjuntos OSHE existentes.
- Fortalecer os mecanismos institucionais nacionais existentes, incluindo pontos focais nacionais responsáveis pela mudança climática.
- Alocar financiamento adequado para actividades de mudanças climáticas.



Estratégia 5: Política Estrutural e Exigências do Quadro Legislativo

a. Justificação

Evidências de pesquisas sugerem que apesar de que a maioria dos países possui sólidos sectores legais e políticos projetados para responder às mudanças climáticas; ratificou a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) e, em certa medida, incorporou questões de mudança climática nos quadros nacionais de desenvolvimento, o impacto do compromisso sindical na África continua fraco. Por conseguinte, a maioria dos





sindicatos precisam aprofundar o seu diálogo social e fazer exigências claras sobre questões de mudança climática. A este respeito, as seguintes são as principais exigências a nível empresarial (organização) e nacional (nacional e setorial) em relação ao quadro político e legislativo existente. Os princípios de transição justa e de justiça climática são preocupações gerais que devem informar compromissos em todos os níveis.



b. Foco de Implementação

(i). *Nível de empresa*



Os sindicatos devem se concentrar em:

- O compromisso nas actuais estruturas de diálogo social em relação à mitigação e adaptação às mudanças climáticas é reforçado.
- A adopção de medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas ao nível empresarial em políticas, Acordo de Negociação Coletiva (CBAs), Códigos de Conduta e Sistemas de Gerenciamento Ambiental.



(ii). Nível nacional (Centros Nacionais e Sindicatos Setoriais)

Os sindicatos devem exigir que:

- Os governos devem integrar as mudanças climáticas e as questões ambientais em todas as políticas e estratégias nacionais de desenvolvimento.
- As políticas nacionais sobre mudanças climáticas devem reconhecer e integrar questões de trabalho digno, empregos verdes, transição justa, imposto sobre o carbono, OSHE e incentivos fiscais para empresas e famílias que promovam medidas de mitigação e adaptação.
- As políticas para as energias renováveis, incluindo o biogás, devem ser seguidas.
- A política de transportes públicos para reduzir a poluição deve ser encorajada.
- A aplicação efetiva e participativa da legislação e políticas ambientais deve ser fortalecida.
- Os governos devem encorajar a promoção de uma produção agrícola resistente ao clima através de pesquisas agrícolas sustentadas.
- Os governos devem promover programas de reflorestamento e políticas de conservação.
- O cumprimento dos princípios do Rio (Poluidor Paga, responsabilidades comuns mas diferenciadas e Direitos à Informação)





6.0 MATRIZ DO PLANO DE TRABALHO PARA IMPLEMENTAR ESTRATÉGIAS DE MUDANÇA CLIMÁTICA

Estratégia 1: Capacitação de sindicatos sobre problemas de mudança climática

Objetivo-chave: Construir a capacidade dos sindicatos africanos sobre as alterações climáticas.

PROBLEMAS	OBJETIVOS	RESULTADOS	ATIVIDADES
Falta de diálogo social nacional aprofundado sobre questões de mudança climática	Construir capacidade sindical em questões de mudança climática	Aumento da presença de especialistas nos sindicatos para aumentar o diálogo social sobre mudanças climáticas e questões ambientais nas políticas nacionais	Formação e educação de líderes nacionais, setoriais, coordenadores, negociadores, mulheres, jovens trabalhadores, organizadores e educadores.
Falta de conhecimento de agrupamento de recursos humanos e de recursos para criar um responsável comum de mudanças climáticas		Aumento do número de responsáveis de mudanças climáticas em sindicatos para negociação efetiva a nível empresarial	Melhorar o treinamento e a educação ao nível de liderança e dos trabalhadores (gerente de loja)
Falta de pesquisa sindical sobre mudanças climáticas e questões laborais e de emprego		Aumento da pesquisa sindical sobre mudanças climáticas e meio ambiente e emprego a nível empresarial, nacional, sub-regional e regional	Realizar pesquisas sobre mudanças climáticas e emprego a nível empresarial, nacional, sub-regional e regional



Estratégia 2: Troca de informações, advocacia e conscientização entre sindicatos

Objetivo-chave: Melhorar as capacidades de intercâmbio de informações, advocacia e sensibilização dos sindicatos sobre as alterações climáticas na África

PROBLEMAS	OBJETIVOS	RESULTADOS	ATIVIDADES
Pouco conhecimento e consciencialização sobre questões de mudança climática nos sindicatos.	Reforçar o intercâmbio de informações, capacitação e capacidade de consciencialização dos sindicatos	Maior conhecimento e consciencialização sobre mudanças climáticas e questões de justiça ambiental nos sindicatos	Compilar e divulgar posições políticas bem pesquisadas sobre mudanças climáticas, meio ambiente e emprego.
Pouco envolvimento em fóruns de discussão e debates sobre questões de mudança climática a nível nacional, sub-regional e regional		Aumento do envolvimento em fóruns de discussão, debates e publicações sobre questões nacionais, sub-regionais e regionais sobre mudanças climáticas e justiça ambiental.	Workshops de sensibilização/ seminários sobre mudanças climáticas e justiça ambiental
Baixa promoção de práticas ecológicas nos locais de trabalho em organizações que estão em setores sensíveis ao clima, como agricultura, transportes, energia, etc.		Práticas melhoradas para o meio ambiente visam campanhas nos locais de trabalho em organizações que estão em setores sensíveis ao clima, como agricultura, transporte, energia, etc.	Cobertura dos média a todos os níveis para marcar e aumentar a visibilidade política dos sindicatos em questões de mudança climática.
Fraca rede entre os responsáveis sindicais de mudanças climáticas para facilitar a comunicação, troca de informações e coordenação de campanhas de consciencialização.		Aumento das estratégias nacionais de advocacia sobre práticas ecológicas em setores-chave	Desenvolvimento de materiais de Comunicação de Comunicação de Informação Sindical (IEC)
Falta de estratégias nacionais de advocacia sobre práticas ecológicas no setor-chave		Aumento da promoção da adoção de processos ecológicos de produção, insumos e eliminação de resíduos	Estabelecer plataforma de troca de informações sindicais através de redes sociais, como o Facebook.
Falta de promoção da adoção de processos ecológicos de produção, insumos e eliminação de resíduos			

Estratégia 3: Mobilização de recursos e construção de alianças por sindicatos

Objetivo-chave: Mobilizar recursos e construir fortes alianças sobre mudanças climáticas entre a maioria dos sindicatos em África.

PROBLEMAS	OBJETIVOS	RESULTADOS	ATIVIDADES
<p>Fraco financiamento de pesquisa colaborativa com foco em mudanças climáticas e emprego.</p> <p>Estratégias colaborativas fracas em recursos humanos e perícia agrupada entre sindicatos e outras estruturas relevantes.</p> <p>Poucas alocações orçamentais para questões de mudança climática além dos programas OSHE em organizações.</p> <p>Pouco financiamento para programas de mudanças climáticas tanto de fontes domésticas como externas.</p> <p>Comité técnico interministerial fraco sobre a implementação de estratégias nacionais de mudança climática.</p> <p>Fraca criação de alianças dos sindicatos com outras partes interessadas. Especialmente as organizações da sociedade civil de justiça ambiental e o movimento em geral</p>	<p>Para mobilizar recursos e construir alianças fortes sobre mudanças climáticas entre a maioria dos sindicatos na África</p>	<p>Aumento da pesquisa colaborativa sobre mudanças climáticas e emprego</p>	<p>Incentivar a criação de financiamento de pesquisa colaborativa com foco em mudanças climáticas e emprego</p>
		<p>Fortalecimento das estratégias colaborativas em recursos humanos e perícia agrupada entre sindicatos e outras estruturas relevantes</p>	<p>Estratégias colaborativas sobre recursos humanos e troca de competências através de ciclos de formação de formadores</p>
		<p>Aumento das alocações orçamentais para as questões da mudança climática além dos programas OSHE nas organizações.</p>	<p>Apoio ao aumento das alocações orçamentais</p>
		<p>Financiamento melhorado e sustentável para o programa de mudanças climáticas tanto de fontes domésticas como externas.</p>	<p>Elaboração de propostas conjuntas sobre mudanças climáticas com outras partes interessadas</p>
		<p>Melhoria da coordenação interministerial sobre questões de mudança climática</p>	<p>Configuração / fortalecimento de Comitês interministeriais</p>
		<p>Maior aliança entre sindicatos e outras partes interessadas</p>	<p>Criando alianças sobre ações em conjunto sobre mudanças climáticas e justiça ambiental</p>

Estratégia 4: Construindo Mecanismos Institucionais sobre Mudanças Climáticas

Objetivo-chave: Construir e fortalecer os mecanismos institucionais sobre mudanças climáticas dos sindicatos em África

PROBLEMAS	OBJETIVOS	RESULTADOS	ATIVIDADES
<p>Comitês sindicais nacionais e setoriais existentes sobre mudanças climáticas restritos aos problemas de segurança e saúde no trabalho</p> <p>Os mecanismos institucionais sindicais nacionais existentes e os pontos focais nacionais para a mudança climática são fracos.</p> <p>Financiamento de estruturas sindicais nacionais sobre mudanças climáticas baixo.</p> <p>O acesso ao financiamento por sindicatos em apoio a projetos de mudanças climáticas é baixo.</p>	<p>Fortalecer os mecanismos institucionais sobre mudança climática nos sindicatos</p>	<p>Expansão de comitês nacionais e setoriais de segurança e saúde ocupacional para incluir mudanças climáticas</p>	<p>Estabelecer / ampliar os comitês sindicais nacionais e setoriais sobre mudança climática</p>
		<p>Mecanismos institucionais sindicais nacionais e pontos focais nacionais para as mudanças climáticas e o meio ambiente fortalecidos</p>	<p>Revisar as estruturas institucionais nacionais existentes e os pontos focais responsáveis pelas mudanças climáticas</p>
		<p>Aumento do financiamento das estruturas sindicais nacionais sobre mudanças climáticas e meio ambiente.</p>	<p>Iniciar a mobilização de recursos a nível organizacional e nacional.</p>
		<p>Aumento do acesso ao financiamento por sindicatos em apoio aos projectos de mudança climática e meio ambiente.</p>	<p>Trabalhar com as organizações estratégicas das mudanças climáticas das OSC em propostas financeiras conjuntas</p>



Estratégia 5: Política sindical e exigências legislativas:

Objetivo-chave: Aprofundar o diálogo social institucional sobre mitigação e adaptação às alterações climáticas em África.

PROBLEMAS	OBJETIVOS CHAVE	RESULTADOS	ATIVIDADES
Inadequada integração das mudanças climáticas em programas nacionais de desenvolvimento	Para aprofundar o diálogo social institucional sobre mitigação e adaptação às mudanças climáticas	Maior presença de questões de mudança climática nas políticas nacionais	Treinar afiliados nas habilidades em diálogo social
Os programas de trabalho decentes não integram questões de mudança climática		Programa de trabalho decente para refletir questões de mudança climática	Envolver os parceiros sociais no diálogo nacional para rever o programa de trabalho decente
Políticas sobre energias renováveis não rigorosamente perseguidas		Energia renovável no centro da agenda climática nacional	Advocacia e campanhas
Política de transportes públicos em matéria de poluição indefinida		Políticas definidas de transporte público que refletem as dimensões das mudanças climáticas	Ajudar afiliados no desenvolvimento de políticas em transporte público e mudanças climáticas
Execução ineficaz e participativa das legislações ambientais		Melhoria da aplicação participativa do meio ambiente e das mudanças climáticas	Auxiliar filiais em técnicas de monitoramento de regimes de aplicação de mudanças climáticas
Papel reduzido do estado na pesquisa de produção agrícola resistente ao clima		Aumento do papel dos governos na pesquisa sobre agricultura resistente ao clima	Pesquisas e campanhas
Programas fracos de arborização e políticas de conservação		Programas de arborização melhorados e políticas de conservação	Pesquisas e campanhas
Conformidade fraca aos princípios do Rio		Conformidade com os princípios do Rio	Treinamento sobre pontos focais nacionais, liderança a nível regional e nacional
		Aumento da colaboração com organizações da sociedade civil que trabalham em diversos aspectos do Rio	Atividades conjuntas de campanha e advocacia sobre questões de interesse para o trabalho



7.0 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A implementação do documento de estratégia de mudanças climáticas dependerá dos seguintes fatores críticos de sucesso.

1. Força estrutural do Secretariado da CSI-África sobre Mudanças Climáticas e Meio Ambiente
2. A capacidade de resposta das estruturas afiliadas da CSI-África à dinâmica actual das mudanças climáticas.
3. Liderança comprometida ao nível dos afiliados da CSI-África para defender as questões de mudanças climáticas.
4. Força estrutural das estruturas administrativas da CSI-África para monitorar eficazmente metas através de Comités Directores aprovados com períodos de revisão e metas de responsabilização realistas sobre mudanças climáticas.
5. Preparação de tarefas agendadas e actividades sobre mudanças climáticas com um período de entrega claro pela CSI-África.
6. Garantir os recursos financeiros da CSI-África para implementar as atividades específicas sobre mudanças climáticas.





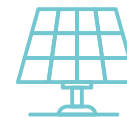
7.1 Funções e Responsabilidades da Secretaria da CSI-África (Secretaria de Clima e Ambiente), Afiliados e Parceiros

Além das principais atividades delineadas neste plano estratégico (veja também Quadro de registo que apresenta amplas atividades para o período 2017-2019), a Secretaria e afiliados da CSI-África tem responsabilidades que são descritas abaixo:

a. Papel da Secretaria de Clima e Ambiente da Secretaria da CSI-África

1. Para apoiar afiliados da CSI-ÁFRICA implementando políticas e intervenções de programas sobre mudanças climáticas.
2. Estabelecimento de um site interativo que promova a troca de informações entre todos os afiliados da CSI-África, as partes interessadas e o público em geral; e promover o aumento dos esforços colaborativos sobre mudanças climáticas.
3. Facilitar um fórum para debater, trocar informações e fortalecer a colaboração em áreas prioritárias comuns sobre mudanças climáticas.
4. Certificar que todas as questões emergentes sobre mudanças climáticas relevantes para o documento de estratégia sejam levadas ao conhecimento dos afiliados da CSI-África.
5. Facilitar a criação de redes regionais e a colaboração entre os afiliados da CSA-África e as partes interessadas nacionais da região sobre questões de mudança climática.
6. Apoiar as partes interessadas nacionais e sub-regionais na formulação de planos de ação de advocacia e compromisso em torno de questões prioritárias identificadas sobre mudanças climáticas.
7. Aumentar a colaboração entre os afiliados da CSI-África e outras partes interessadas da região que trabalham em questões de mudança climática.

8. Realizar atividades de compromisso específicas sobre mudanças climáticas com os quadros de políticas regionais, como as Secretarias da CEDEAO, ECA e SADC.
9. Acompanhamento de tendências e desenvolvimentos dentro do movimento de justiça ambiental mais amplo.



b. Papel dos afiliados CSI-África sobre mudanças climáticas e meio ambiente

1. Apoiar a Secretaria da CSI-ÁFRICA na implementação de atividades sobre mudanças climáticas a nível nacional.
2. Certificar que todas as partes interessadas nacionais relevantes estão envolvidas em atividades relacionadas com a CSI-África.
3. Integrar o documento de estratégia da CSI-África (por exemplo, em áreas temáticas para workshops, programas e intervenções estratégicas).
4. Apoiar a Secretaria da CSI-África para identificar áreas prioritárias sobre mudanças climáticas e possíveis espaços para a participação dos atores não estatais em processos de consulta ao nível regional.
5. Realizar atividades nacionais de lobby e engajamento com os decisores políticos especificamente sobre a agenda de trabalho decente e mudanças climáticas e emprego.



c. Papel dos parceiros estratégicos e de alianças sobre mudanças climáticas e meio ambiente

A CSI-África continua a manter e expandir seus atuais parceiros estratégicos e alianças sobre mudanças climáticas e ampliar o alcance e a cobertura de parcerias para incluir a justiça ambiental e questões ambientais prioritárias; assim, espera que os seus parceiros tenham o seguinte papel na implementação dos seus objetivos estratégicos:

1. Mobilizar seus próprios recursos para implementar actividades comuns com a CSI-África a nível regional e nacional.
2. Trabalhar para fortalecer sua coordenação nacional e colaboração de atividades ao nível regional e nacional.
3. Fornecer e contribuir com recursos de informação para o Secretariado da CSI-África, a fim de fortalecer a troca de informações, criar possíveis áreas de cooperação / colaboração, informar a formulação de políticas e as intervenções estratégicas regionais e nacionais.
4. Construir pontes para o movimento ambiental e judicial mais amplo.







Referências

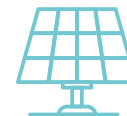
- COSATU. 2011. *COSATU Policy Framework on Climate Change adopted at the COSATU August 2011 Central Executive Committee*. Johannesburg: COSATU.
- COSATU. 2012. *A just transition to a low carbon and climate resilient economy*. NALEDI/ COSATU Climate Change Reference Group. September 2012. Johannesburg: COSATU
- GroundWork. 2011. *Position Paper on Climate and Energy Justice*.
- ILO. 2007. *Decent Work for sustainable development – the challenge of climate change (First Item on the Agenda)*. Geneva: ILO.
- IPCC. 2007. *Climate Change 2007: Synthesis report. A 4th Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Spain 12 -17 November 2007
- Kalusopa, T & Mote H (Eds). (2014). *Trade Union Responses & Strategies on Climate Change in Africa*. Harare: ALRN Secretariat.
- ITUC-Africa. 2011. *Adopted resolutions at the 2nd ITUC-Africa Congress*. Johannesburg, 25-27 November 2011
- Oxfam. 2012. *Extreme weather events and crop price spikes in a changing climate: Illustrative Global Simulations Scenarios*.
- Sustain Labour, Actrav-ILO. 2011. *Sustainable Development: A training manual for African Workers*.



NOTAS

(Endnotes)

1. Davis, Richard (16 May, 2013) '32.4 Milhões de pessoas deslocadas em 2012.' Floodlist, <http://floodlist.com/africa/displaced-people-2012>
2. Karl Marx (1887) 1954. *Capital: A Critique of Political Economy (Vol. 1)*, London, Lawrence and Wishart
3. Department of Labour (2012) 'Environmental Justice Strategy'. See <https://www.dol.gov/asp/ej/EJFinalStrategy.pdf>
4. Mickelson, Karin (2005) 'Leading Towards a Level Playing Field, Repaying Ecological Debt, or Making Environmental Space: Three Stories about International Environmental Co-operation', Osgoode Hall Law Journals, <http://digitalcommons.osgoode.yorku.ca/cgi/viewcontent.cgi?article=1347&context=ohlj>
5. Bassegy, Nnimmo (2012) *To Cook a Continent – Destructive Extraction and the Climate Crisis in Africa*, Oxford, Pambazuka Press, p.110
6. Darmofal, Danielle, 'Environmental Racism in South Africa: A Sustainable Green Solution' (2012). Student Theses 2001-2013. Paper 31. See at http://fordham.bepress.com/environ_theses/31/
7. Oilwatch International (2016) in several publications, including its statement on UN Habitat III. See at <http://oilwatchafrica.org/content/oilwatch-calls-for-a-de-petroleum-ized-habitat-iii/>



8. Devan Pillay, 'Marx and the Eco-Logic of Fossil Capitalism' in *Marxisms in the 21st Century-Crisis, Critique & Struggle*, Michelle Williams and Vishwas Satgar, eds., (2013) Johannesburg, Wits University Press, p.145
9. United Nations. 12 December 2015. Paris Agreement. See at http://unfccc.int/files/essential_background/convention/application/pdf/english_paris_agreement.pdf
10. McKibbin, Warwick J. and Liu, Weifeng, 'China: Ambitious Targets and Policies' https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/08/global_20160818_cop21_china.pdf
11. CarbonBrief. 'Analysis: India's Climate Pledge suggests significant emissions growth up to 2030' (October 2015) <https://www.carbonbrief.org/indias-indc>
12. Mukerjee, Vivek (2015) 'Understanding the INDCs of India, China, Brazil and South Africa – A Commoner's Perspective'. See at <https://nnimmobassey.net/2016/10/31/rising-martyrdom-of-earth-defenders/>
13. Bidwai, Praful (2012) *The Politics of Climate Change and the Global Crisis – Mortgaging Our Future* Hyderabad, Orient BlackSwan, P4.



NOTAS

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....



NOTAS

A series of 22 horizontal dotted lines for taking notes.



NOTAS

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....



NOTAS

A series of 20 horizontal dotted lines provided for taking notes.





CONTACT US

Friedrich-Ebert-Stiftung
Trade Union Competence Centre
Phone: +27 11 341 0270 Fax: +27 11 341 0271
Website: www.fes-tucc.org
Facebook: www.facebook.com/FESTUCC/